

REVISTA

VIA SPIRITUS

O ETERNO NO TEMPO.
MEMÓRIA E CONSTRUÇÃO
DE IDENTIDADES NAS PRÁTICAS
DE ESCRITA DAS ORDENS RELIGIOSAS

N.º23'2016



CITCEM

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso

DIREÇÃO | Zulmira C. SANTOS (FLUP/CITCEM); José Adriano Freitas
de CARVALHO (FLUP/CITCEM); Maria Idalina Resina RODRIGUES (FLUL/CITCEM);

CONSELHO DE REDAÇÃO | Isabel MORUJÃO (FLUP/CITCEM); José Adriano Freitas
de CARVALHO (FLUP/CITCEM); Luís de Sá FARDILHA (FLUP/CITCEM);
Pedro Vilas Boas TAVARES (FLUP/CITCEM); Zulmira C. SANTOS (FLUP/CITCEM)

COMISSÃO CIENTÍFICA | Felice ACCROCCA (Pontificia Università Gregoriana, Roma);
José Adriano Freitas de CARVALHO (FLUP); Maria Idalina Resina RODRIGUES (FLUL);
Maria Lucília G. PIRES (FLUL); Pedro M. CÁTEDRA (Facultad Filología – Universidad de
Salamanca); Roberto RUSCONI (Università Roma Tre); Victor INFANTES (Facultad Filología –
Universidad Complutense de Madrid)

CONSELHO CONSULTIVO | Bernard DOMPNIER (Université Blaise Pascal Clermont-Ferrand);
Gabriella ZARRI (Università degli Studi di Firenze); José Adriano Freitas de CARVALHO (FLUP);
Maria de Lurdes C. FERNANDES (FLUP); Pedro M. CÁTEDRA (Facultad Filología –
Universidad de Salamanca); Roberto RUSCONI (Università Roma Tre);
Stefano ANDRETTA (Università Roma Tre); Victor INFANTES (Facultad Filología –
Universidad Complutense de Madrid)

COORDENAÇÃO | Zulmira C. SANTOS (FLUP/CITCEM)

SECRETARIADO | Paula Almeida (FLUP/CITCEM)

EDIÇÃO | CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»
Faculdade de Letras da Universidade do Porto | Via Panorâmica, s/n | 4150 -564 Porto (Portugal)
email: citcem@letras.up.pt

n.º 23 | ano 2016

Periodicidade: Anual | tiragem: 300 exemplares

Depósito Legal n.º 85227/94

ISSN: 0873-1233-23

Design: HLDDESIGN.pt

Impressão e acabamento: Sersilto - Empresa Gráfica, Lda

Os números desta revista são monográficos.

Esta publicação está sujeita a peer-review.

Versão digital: <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id1146&sum=sim>

Revista indexada em : DOAJ, Latindex, Fonte Académica;

Esta publicação respeita os critérios da política de livre acesso à informação.

Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do
COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por
fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-007460.

Archivio italiano per la storia della pietà. ‘Percorsi’ di spiritualità alla corte portoghese in Età Moderna. ‘Caminhos’ de espiritualidade da Corte portuguesa na Época Moderna. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 2014, vol. XXVII, 364 pp.

Fundado pelo sacerdote, investigador e intelectual italiano Giuseppe De Luca (1898-1962) e publicado desde 1951 o *Archivio italiano per la storia della pietà* é um periódico de referência nos campos de estudo da história, sociologia e espiritualidade cristãs e de outras religiões em confronto ou paralelo com aquela. No seu longo percurso científico-editorial encontramos estudos de épocas que vão dos tempos da Antiguidade tardia aos dos pós-guerra (1914-1918 e 1939-1945) e do relançamento da Igreja do Concílio Vaticano II (1961-1965). Nestas temporalidades abordam-se realidades muito abrangentes e diversificadas, em estudos na sua maioria monográficos e muito pormenorizados na documentação estudada ou mencionada, nas referências bibliográficas, na captação de informação, no levantar de problemáticas e nas conclusões. Agrupando tematicamente este percurso editorial de mais de sessenta anos, sem grandes preocupações quantitativas, encontramos os seguintes tempos e realidades.

Sínteses historiográficas, além das eruditas notas remissivas e bibliográficas de rodapé, conducentes a uma informação, análise e estudo de corpos documentais e textualidades manuscritas e impressas, história do livro religioso ou aproximações e métodos sobre a investigação das relações da poesia e da espiritualidade.

Conjunturas e épocas da história religiosa, das diferentes espiritualidades, da história da piedade, das devoções e das peregrinações, e estudos de caso em torno do judaísmo, beguínismo, mística e estigmatização.

Estudos de história intelectual, de biografias e de pensamentos autorais, epistolários, autobiografias e hagiografia, da segunda escolástica, de género e do feminismo.

Investigações conjunturais, de percursos espirituais e pastorais, assim como a história de homens e mulheres e dos corpos sociais que integram o clero regular e secular, com especial atenção para com a direcção espiritual, a missão e a parenética.

De forma menos contínua também a ortodoxia e a heterodoxia, a Inquisição.

Por fim, assinalem-se muitos artigos de homenagem e de estudo ao actuar científico, eclesial e social de colaboradores do *Archivio* que foram desaparecendo ao longo destas décadas, constituindo um importante repositório da historiografia contemporânea, sobretudo italiana, sobre aquelas temáticas.

O número de 2014, tem como caderno de fundo os ‘caminhos’ da espiritualidade de Corte em Portugal na Época Moderna, ocupando as páginas 9 a 173, aquelas que aqui mais nos preocupam, considerando a sua realidade e interesse para a comunidade dos

investigadores portugueses. Depois deste caderno publica-se um conjunto de estudos de assunto e periodização variada, das páginas 177 a 353.

O caderno sobre os 'caminhos' da espiritualidade de Corte tem início numa apresentação pelos seus coordenadores, José Adriano de Freitas Carvalho e Zulmira Coelho Santos (p. 9-11). De forma simples, dá-se conta das bases e do percurso do projecto do Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade da Universidade do Porto, iniciado em 1993 sob a orientação científica do primeiro dos coordenadores. As variantes de integração institucional do projecto e dos seus qualificados investigadores não impediu resultados de referência que se constituíram, e continuam a constituir, como marcos da historiografia portuguesa, ibérica e europeia no estudo da espiritualidade e da história religiosa, como bem o demonstram os trabalhos aqui publicados resultantes de investigação de historiadores de gerações universitárias muito diferentes.

Depois, agrupam-se estudos de Maria Lucília Gonçalves Pires, *Frate Paulino Da Estrela. Un frate poeta alla corte di Caterina di Braganza* (p. 13-29); Paula Almeida, *La costruzione dei comportamenti esemplari: vite di nobili donne in Portogallo nel Seicento* (p. 31-54); João Francisco Marques, *Parere di Padre António Vieira sull'origine della Via Crucis* (p. 55-73); do próprio José Adriano de Freitas Carvalho, *Un santo en la "Viradeira". Los comienzos de la difusión del culto a Benito José Labre en Portugal (1783-1785)* (p. 75-97); de Pedro Vilas Boas Tavares, *Il Portogallo dinanzi all'Europa quietista. Dati e nuove riflessioni* (p. 99-117); e de Massimo Bergonzini, *Il culto dell'Immacolata Concezione in Portogallo* (p. 119-173). Temas diversos mas todos eles convergentes nas realidades espaciais, de desempenho ou de poder da Corte de Portugal entre os finais do século XVI e o do XVIII.

No texto de Maria Lucília Pires dão-se conta de duas realidades. A primeira é aquela mais evidente, da criação de um texto poético, as *Flores del desierto* (Londres: 1667; Lisboa: 1674), por parte do arrábido Frei Paulino da Estrela (?-1685) (p. 14, 19-26), nas suas circunstâncias de género, ambiente de construção e fortuna de circulação. A segunda deixa claro como a poesia áulica-sacra (p. 14, 28) teve um papel a não esquecer na fixação das espiritualidades, pensamento do espiritual e pastoral imbuída de indirecta direcção de consciência (p. 14). Por outro lado, o conhecimento de toda a complexa e ramificada cadeia de produção seiscentista permite à investigadora questionar os conteúdos desse mesmo género e analisar as potencialidades que lhe são implícitas (p. 23-28). Mas aquele conhecimento de época, bem evidente na escolha do autor arrábido e deste seu texto, conduz até uma Corte de dimensão humana e envolvimento espiritual nascida em Portugal e transposta para a Inglaterra de fissuras religiosas evidentes como é a de Carlos II (1660-1685).

É neste aspecto muito relevante e inovador a análise da Capela Real católica transposta com a Rainha para a Corte anglicana. A sua composição humana, sacerdotes de várias famílias de religiosos com atribuições de confissão, pregação e capelania, permitem perceber,

nesta amostra de caso, como a Corte é um espaço de permeabilidades às diferentes formas de espiritualidade sujeitas a Regras. E, mais, como são, em primeiro lugar, as atitudes de piedade das Rainhas, a sempre presente D. Luísa de Gusmão (1640-1656) e a jovem D. Catarina (1622-1685) (p. 15-17), que geram estas escolhas (p. 15/16), ou determinam a edição de livros afirmativos das espiritualidades escolhidas. Neste campo estão os que merecem apontamento no artigo: o do frade arrábido Salvador do Espírito Santo (?-1689) o *Sermão da cinza* (Londres, 1668); o *Caminho do céu descoberto aos viadores da terra* (Londres, 1665), do franciscano António de São Bernardino (?-1673); e as *Flores del desierto* de Frei Paulino da Estrela, tema principal deste estudo (p. 17-19).

Todas estas aportações são muito interessantes pelos caminhos de fixação de ideias, práticas e geração de conflitos diplomáticos que estão envolvidos na produção do livro, caminhos que ficam estudados ou sobre os quais se lança nova luz ou se apontam hipóteses de investigação futura. Deve acentuar-se como toda a narrativa do texto do artigo não perde nunca nem Frei Paulino e o seu percurso biográfico-político, nem o livro, nos seus conteúdos, todas as suas variações de opinião, suas relações com a literatura contemporânea de temas idênticos (p. 19-26) e a inserção nos grupos de poder cortesão, aqui ainda reforçados pela realidade Portugal-Inglaterra (p. 26-28).

Solidamente consolidado num domínio analítico das muitas e variadas “Vidas” de santos e de devotos (p. 31) e tendo o cuidado de sucessivamente ir dando conta das autorias, filiações religiosas ou cortesãs, de encomendador ou mecenas, alicerçado num estado da arte internacional muito rico e actualizado (p. 31-34), Paula Almeida conduz o leitor por um interessante e diversificado percurso em que dá a conhecer vectores de construção de comportamento exemplar entre hagiografia e aretê nobre (p. 35) de circulação entre mulheres de Corte de seiscentos.

Com esta preocupação procura documentar e explicar as variações detectadas na produção literária. A análise é da maior riqueza e não se fica por uma enumeração e localização das peças bibliográficas o que, só por si, já seria de assinalar. A relação entre as construções de hagiografia e a fixação das “vidas” (p. 36-37), a forma como estas narrativas permitiram a fixação de modelos e sua concomitante divulgação e por que meios (p. 37-38), a análise cuidada desses modelos e das suas razões de variação são as premissas do inquérito (p. 39-54).

Deste inquérito vão ressaltar persistências hagiográfico-devocionais, que o mesmo é dizer, possibilidades de delinear modelos inculcáveis. Mas que persistências, logo que modelos? Que formas e protecções de divulgação, que encomendas, que mecenas? E quem se sujeita aos encomendadores e mecenas? Nesta produção literária formativa, que peso e que dinâmicas e possibilidades afirmativas se devem conceder às diferentes famílias de religiosos? E porque são estes que mais participam, como entender aqueles que se assumem

autoralmente? E porquê? E qual o peso das textualidades impressas, mas também das referências e discursos visuais e iconográficos? Como conclusão, que parâmetros de Corte se fazem ressaltar e se afirmam, ou se esquecem, ou se ignoram com a permeabilização destas leituras? Uma riqueza imensa passível de se detectar ao longo das páginas deste artigo (p. 31-54).

Em benefício do leitor e da afirmação da riqueza informativa apresentada, Paula Almeida poderia ter agrupado estas e outras linhas de força numa conclusão de estruturação da análise. A construção da própria noção de comportamento(s) exemplar(es), das suas temporalidades e dos pontos de partida e ramificações literárias e sociais, a diferentes níveis, vão sendo conduzidas por forma a deixarem não só caracterizar como entrelaçar conteúdos e, mesmo, autores/as e os meios sociais de enquadramento ou de divulgação.

O estudo do mestre e professor João Francisco Marques (1929-2015) dá corpo ao seu último texto escrito em vida, nele confluindo dois dos temas de investigação por que mais se interessava. A vida de sociedade e de pregador, a obra e o pensamento multivário do Pe. António Vieira S.J. (1608-1697). As manifestações, quase todas de base hagiográfico-teológica, que com a multiplicação territorial alargada, se constituíram em práticas de devoção, sob o influxo da pregação, catequese, peregrinações/romarias, procissões e outras ritualizações orais ou gestuais.

O artigo centra-se na *Via Crucis*, sua origem e propagação, no trabalho de pastoral devocional, mas sobretudo no estudo de um caso. Pelos anos de 1672, 1678, 1679 e 1694 (p. 56), anos de edição que dão conta da boa fortuna do texto, circulava por Lisboa, porventura pelo Reino, uma tradução de um texto castelhano, acrescentada, por Braz de Abreu (?-?), homem próximo dos padres do Oratório, a *Luz para visitar as estações da Via Sacra, que a Piedade Christã tem introduzido por alguns Povos, e Conventos*. No texto defende-se que esta devoção teve início por uma intervenção da Virgem Maria logo na sequência da morte de seu filho na cruz (p. 68-69).

A identificação desta obra é uma proposta de João Francisco Marques, pois a referência não consta nem do *parecer* de Vieira, nem da sua primeira biografia por André de Barros (1746, Nova Oficina Silviana) (p. 54/55). Na verdade, percorrendo a *editio princeps dos Sermoens* do Pe. António Vieira encontra-se no tomo XV (*Sermões Vários, e Tratados, Ainda não impressos, do Grande Padre António Vieira da Companhia de Jesus...*, só editado postumamente em 1748, p.306 e segs.) um *parecer* acerca daquele ou de outro texto com igual proposta teológica de leitura sobre a “invenção” da devoção da *Via Crucis*. O texto de Vieira, não datado mas presumivelmente escrito depois de 1675 (p. 70), recebe o título de *Voz apologetica. Via Sacra por outra via mais breve, mais fácil, mais segura, mais útil*¹.

¹ VIEIRA, Pe. António – *Obras escolhidas*. Lisboa: Sá da Costa, 1953, vol. VII, p. 57-123.

O estudo criterioso da devoção da *Via Crucis*, nas suas componentes teológico-pastorais (p. 59-69), aflorações de devoção territorial ou social (p. 67-69), por exemplo D. Luísa de Gusmão (p. 56-57), divulgação e seus suportes clericais e de magistério, como o Pe. Bartolomeu do Quental e o Oratório (p. 58-59), ou os franciscanos na sequência de 1640 (p. 66-67), além de aportações visuais e processionais (p. 59-60, 64-65), permitem ao mestre abordar as diaconias da consagração da devoção em prática social religiosa. É com este pano de fundo conjuntural europeu (p. 59-63 e *passim*) como cenário de dúvidas, negações e afirmativas que se faz a aproximação a Portugal, Braz de Abreu e a Vieira.

Porquê a tradução e edição em Portugal, e quem a impulsionou? A quem se destinava? Que recepção podia ter a *Via Crucis* no largo universo devocional português? Perguntas deixadas expressas ao longo das páginas e parcial e indirectamente respondidas com a análise do *parecer*, manuscrito em 1670.

Com o estudo e compreensão destas temáticas sobre a recepção de um texto impresso, ao mesmo tempo que de uma devoção, João Francisco Marques dá a conhecer uma vertente do pensamento de Vieira por vezes pouco cuidada, a do seu domínio da Teologia. Na *Voz apologética*, o jesuíta Pe. António Vieira assume uma posição teológica muito clara: a devoção pode ter uma razão de ser muito piedosa, mas não é possível que tenha esta “origem” mariana (p. 70-72). Quer dizer, Vieira tem não só pleno saber das últimas leituras teológicas envolvendo tal prática devocional, como distingue bem o saber teológico das utilizações sociais de bases alargadas e dirigidas presentes nas exterioridades pastorais e catequéticas.

Um pouco conhecido Bento José Labre (1748-1783) e um tempo da história de Portugal, a passagem dos momentos de D. José I/Pombal aos anos iniciais de D. Maria I/D. Pedro III, complexo nas análises que vem provocando (p. 77-78), merecem a José Adriano de Carvalho um estudo do maior interesse.

Sem dúvida, pelo pouco conhecimento do tema. Um não-monge da Trapa e da Cartuxa (p. 79-80, 85), um seguidor dos ideais franciscanos de pobreza extrema e absorvido nas práticas devocionais mais em moda, Quarenta Horas, Via Sacra, Coração de Jesus (p.79, 85), transformado em peregrino-vagabundo de santuário em santuário, cidade em cidade, de hábitos anti-higiénicos em pleno tempo das Luzes, que logo à sua morte é “santificado” pelos populares das ruas de Roma. A sua beatificação só virá a acontecer em 1860, por Pio IX (1846-1878), e a canonização por Leão XIII (1878-1903) em 1881 (p. 95).

Um percurso de vida da maior raridade espiritual na sua partilha da rua, no culto das relíquias que origina (p. 79, 86-89, 94) e na sua construção hagiográfica em Itália e França (p. 89, 91).

As suas repercussões culturais no Portugal da superstição, das Luzes e da Jacobeia (p. 76-79), da nova espiritualidade salesiana da Visitandinas (p. 89, 91, 94) e isto logo na sequência da sua morte, nos anos de 1783-1785, mercê de todo um mecanismo de divulgação,

biografias, medalhas, estátuas e estampas (p. 79), mas também de relíquias. Em conjunto com estes enquadramentos dá-se o assumir cultural em regiões determinadas, por gente familiar e próxima da Corte de D. Maria I (1777-1816) e por razões demiúrgicas (p. 90-93), mas sem criação de práticas devocionais alargadas, o que motiva uma descontinuidade do seu culto (p. 95-96) mas um interesse diplomático junto da Santa Sé com vista a uma rápida santificação (p. 93-94). São estes os conteúdos que, entre outros, se cruzam nestas páginas.

Mas como se cruzam? Melhor. Como se lança o tema, se faz o percurso de investigação e se dá conta dele num estudo de síntese e prospectivo? Sem querer desvalorizar o tema de fundo referido é de assinalar a alta qualidade metodológica e de erudição que aqui se presencia.

Um domínio historiográfico preciso, legível, compaginável, adequado e orientado para o tema em estudo começa por cimentar a investigação e ajuda a colocar as questões e a reenviar as respostas já depois de analisadas e compreendidas à luz da documentação e das circunstâncias temporais (p. 75-76).

O cuidado de fixar, sinalizar e justapor as bases documentais. Daí que o ponto de partida seja a *Collecção de várias notícias a respeito do servo de Deos Benito José Labre o qual morreu em Roma com opinião de santidade aos 16 de Abril de 1783. Traduzidas do Francez em linguagem, Com huma prefacção do traductor, na qual se trata do Culto, que se pode ou não pode dar-se a este, ou a qualquer Servo de Deos antes de canonizado ou beatificado*, (Lisboa: 1785) (p. 80). Tendo-se, de seguida, o cuidado em publicar analiticamente a lista das “notícias” (p. 81) que documentam a vida, acções e milagres de Labre, constantes naquela e noutras edições (p. 81-83).

A solidez das analogias ou a forma precisa como se permitem as hipóteses interpretativas ou se consolidam os problemas e se apontam perspectivas para a sua resolução. Veja-se o cuidado como se apresenta o âmbito da investigação e as suas possibilidades e cuidados de aproximação metodológica (p. 79, *in fine*), ou como se interpretam as dimensões da *peregrinatio* de Bento José Labre recorrendo a propostas diacrónicas e simbólicas (p. 84-85).

A facilidade com que se utiliza a dimensão cronológica para validar ou anular possibilidades de leitura. Como é exemplo a fixação e divulgação da biografia e das “notícias” valorativas, ou com possibilidade hagiográfica valorativa, da vida e acção de Bento José Labre, com vista a uma condução do seu processo eclesiástico de santidade (p. 80-84). No mesmo sentido se podem referir as interpretações em torno dos poderes constituídos da Corte e sua implicação político-cultural (p. 91-92).

O saber erudito com que se fazem convergir aparentes discrepâncias, se recuperam convergências ou se afastam possibilidades aparentes é minucioso, criativo e de uma atitude hermenêutica que há que ressaltar (p. 76, 80-83, 85-86, 95-96; e todas as informações críticas em notas de rodapé).

Em conclusão, José Adriano de Carvalho apresenta-nos um exemplo de estudo de referência na epistemologia, nas metodologias e problemáticas, e nos resultados críticos conseguidos.

Dentro de uma área de estudo em que é um evidente especialista, as realidades quietistas em Portugal, Pedro Vilas Boas Tavares dá-nos a conhecer todo um percurso social e de poder da Corte, em recomposição no pós Guerra da Restauração, em que esta realidade religiosa dos finais do século XVII e as suas permeabilidades e aflorações no século XVIII tem um peso evidente (p. 99-101). Os dados da circulação, pró e contra Molinos (1628-1696) e seus “leitores”, adeptos e utilizadores mais próximos, assim como o papel da tratadística e da oração neste percurso são alvo de páginas críticas e de analogia europeia (p. 102-103).

Para mundos de oração diversificados e de correlações evidentes, mas só indiretamente documentados, aduzem-se informações e interpretações consistentes sobre as florações carmelitas de Teresa de Ávila (1515-1582) e de João da Cruz (1542-1591) no contexto quietista e em Miguel de Molinos (p. 106-107, 112-115). Aqui, assinala-se a divulgação impressa na tratadística, sobrecarregada de conceitos, imagens e perspectivas teológicas sobre a oração interior e pessoal, como meio privilegiado de divulgação de determinadas tipologias, técnicas e suas consequências (p. 113). As apontações são alicerçadas textualmente e há o cuidado de considerar a circulação de diferentes topos da vida interior, assim como as possibilidades da sua mutação por interpretação ou por prática vivencial (p. 108, 114-115).

No decurso do estudo vai ficando clara uma proposta/hipótese, bem construída e reportada a textualidades e dados de conjuntura. Como é que as proliferações quietistas, com ligações a diferentes famílias religiosas, seculares ou a poderes de Corte (p. 104-106), espelhadas de diferente forma no próprio quietismo, no anti-quietismo, no sigilismo e na jacobea (p. 108-110) são, em muitas vertentes e variantes, convergentes no mundo cortesão e devocional do espaço religioso que virá a ser ocupado pelo Oratório (p. 110). Questão muito interessante, que poderá permitir no futuro, com o crescer de mais estudos monográficos, vir a deixar entender melhor a passagem, lenta e socialmente marcada, de uma espiritualidade de exterior barroco para uma outra tão visível no crescimento dos oratórios domésticos e nas práticas de privatização espiritual que aqueles acarretam.

Centrando toda a sua atenção no culto da Imaculada Conceição em Portugal e nas suas relações, mais que evidentes, com a instauração da dinastia de Bragança em 1640 (p. 121-124, 131-154), Massimo Bergonzini estuda ao longo destas largas páginas muitas das vertentes desta temática. A síntese é feliz e resulta de um esforçado trabalho de compilação de estudos anteriores, alguns hoje já de referência, a que se junta bibliografia e problemáticas mais recentes do tema, assim como se realiza uma releitura de alguma documentação ou se introduzem novas formulações documentais, de que vão dando conta as extensas, detalhadas e precisas notas de rodapé.

Do estudo ressalta o peso da Casa de Bragança e a intenção memorialística e identitária da família nobre e palaciana chegada de Vila Viçosa a Lisboa onde constitui Corte (p. 120-121, 157). O primeiro Rei daquela Casa, D. João IV (1640-1656), vai conseguir, em 25 de Março de 1646, a proclamação da Senhora da Conceição como padroeira do reino (p. 119), temática sucessivamente recuperada pela parenética e tratadística da escolástica e diplomacia política restauracionista pela voz de um variado corpo de pregadores, do saber de doutores e de fazer de diplomatas de proximidade cortesã (p. 142-149, 162-171).

Apresenta-se e estuda-se todo o longo processo que esta afirmação imediata contém. Nela incorporam-se dimensões de memória cultural mariana ligada à constituição e afirmação do Reino de Portugal perante Castela (p. 121-131), que se vão prolongar até ao século XVIII nas suas relações contínuas com o poder do Rei (p. 139-140). Como se mostra, é necessário não esquecer as avanços da formulação concepcionista presente noutras monarquias (p. 136-137) e as suas vertentes de âmbito monástico-conventual, mormente as franciscana e jesuítica (p. 135, 137, 147, 151-162), assim como percurso teológico-doutrinal que, sustentado ou alheado de Roma, haveria de vir a conduzir à definição do dogma, por Pio IX (1846-1878), já no ano de 1854, a 8 de Dezembro.

Por fim, importa deixar pequenas micro-leituras e alguns comentários aos estudos que compõem a segunda parte do Archívio. A sua mancha de investigação circunscreve-se ao mundo italiano ou da sua repercussão, sobre o qual por vezes tão pouco se conhece em Portugal, o que pode ser do maior interesse numa perspectiva informativa mas, também, metodológica. As suas temáticas decorrem da Antiguidade tardia até aos finais do século XX. Estudos como estes ajudam a enriquecer a leitura do catolicismo na Península Ibérica e as suas aflorações no espaço periférico dos seus Impérios. Desta forma se poderão verificar analogias e discrepâncias na esfera dos poderes, saberes e crenças que envolvem a realidade católica, configurada numa matriz de magistério teológico-moral de que importa perceber as permeabilizações sociológicas, conseguidas ou não, por meios ascéticos e pastorais.

Os estudos ficam a dever-se a Giorgia Grandi, *Amore del sacro e del profano: i diversi volti della pietà in Girolamo da Stridone* (p. 177-203); Giuseppe Buffon, *La meta romana nell'autobiografia de Carlo da Sezze. Luoghi e scrittura dell'obbedienz* (p. 205-242); Francesco Tacchi, *Il XVI Centenario Costantiniano del 1913. Cronaca e significati di un evento* (p. 243-280); Francesco Mores, *Ildefonso Schuster e Gregorio VII, laicità e ierocrazia* (p. 281-304); e Barbara Faes, "*Le mille voci del silenzio*". *Anna Micco e la koinonia di Ernesto Buonaiuti: esperienze ed esiti* (p. 305-353).

O artigo de Giorgia Grandi procura fazer, a partir de uma selecção de epístolas, um enquadramento da piedade do padre e doutor da Igreja, São Jerónimo (347-420) usando as suas personagens. O movimento ascensional para Deus, que o doutor procura da *uast et terribilis solitudo* (p. 180) é a linha de força do seu pensar. Mas esta afirmação de procura de

um abandono em Deus tem, ela própria, um percurso, balizado pela Sagrada Escritura (p. 185) sujeita a uma leitura pautada pelos saberes da Antiguidade Clássica (p. 188), e que aqui se procura apontar e explicar (p. 182-183). Este percurso de pensar passa por viagens físicas e suas provações (p. 193, 198) e assenta particularmente na *pietas* e na *caritas* que resultam do amor à Palavra (p. 201). A demonstração deste mesmo amor à Palavra fica demonstrado nas passagens epistolares citadas. O artigo dá conta do interesse filológico-teológico do estudo textual da patrística, criando ferramentas terminológicas mais precisas e documentadas.

O percurso de vida do frade Carlo da Sezze (OFMRef., 1613-1670) registado autobiograficamente ao longo dos *Luoghi e scrittura dell'obbedienza* evidencia, logo no título, as características de fundo que nela se cruzam e que compõem o pensamento do franciscano de seiscentos: lugares (*loca*, p. 210) e escrita da obediência (p. 206). Na composição da descrição da *peregrinatio* conventual, em forma de cumprimento da obediência (p. 205-206, 215-219), arrastada numa leitura suportada nas codificações de Teresa de Ávila (1515-1582) e de algumas ideias transmutadas ou repensadas em João da Cruz (1542-1591) (p. 207, 213, 232-234), cria-se uma centralidade de aliança nessa *peregrinatio* espacial. Há, concomitantemente, um respeito total e escrupuloso das sequências cronológicas do ano, mês e dias (p. 207, nota 4) com a atitude de obediência (p. 209), o que pode ser vista como uma forma de piedade, como uma virtude superior à oração (p.218), e que conduzirá ao martírio, o martírio da obediência (p. 220-224). Estas lógicas espaciais da obediência, lidas nos dois mestres da reforma do Carmelo vêm ainda ao de cima noutros autores de espiritualidade e assumem na cidade de Roma, no convento reformado de São Francisco de Ripa (p. 213-215), a força e organicidade mais construída do pensamento de Carlo da Sezze. O percurso escrito que o frade traça da sua vida interior merece reprovações internas de alguns dos seus superiores mais uma vez colocando o problema da obediência (p. 231) mas deixando entrever os meios de construção literária praticados por um místico.

As comemorações do Édito de Milão (313) foi ocasião, como todos os ciclos comemorativos, para inculcação de práticas da História na memória de grupos mais circunscritos ou de configuração social mais alargada (p. 243-244). Como mostra Francesco Tacchi, por detrás deste momento comemorativo de 1913 estava toda uma preparação e afirmação de ideias numa constelação de poder político e de sociedade, sobretudo centrada em Itália, mas que se tentou alargar à Europa e mundo católico (p. 246-251; 258-263). Realidades como a unidade italiana, ou o “Estado laico” e as suas relações/separações da Igreja são o cenário de fundo (p. 249-251). As comemorações repetem encontros científicos, exposições e estudos de oportunidade (p. 256), recuperação ou criação de heróis e ereção de monumentos (p. 251, 257) muitas vezes associados a discursos panfletários e com capacidade inculcatória que ganham foro na imprensa, polémicas entre figuras de destaque público (p. 253), terminando numa letra apostólica de Pio X (1903-1914) (p.

254) que enquadra os compromissos religiosos implícitos na comemoração (p. 255-257). Em paralelo a todo este exterior comemorativo está a afirmação de mensagens da “contra-Revolução”, afirmada no recuperar de méritos e benefícios da civilização cristã e da Igreja como seu sustentáculo (p. 263-266) e, mais ainda, na explicitação e concretização de dois binómios “paganismo=barbárie” e “cristianismo=civilização” (p. 266-274). Desta forma, a Igreja e os seus seguidores mais activos procuram capitalizar dividendos de acção militante política fazendo a colagem do Estado laico e do processo de secularização ao “paganismo-barbárie” (p. 274), em que as qualidades humanas dos agentes políticos eram esmagadas pela heroicidade dos primeiros cristãos e mártires (p. 276-278), deixando vislumbrar uma idílica *societas Christiana*.

É em torno das temáticas da laicidade e do clericalismo, pensadas e defendidas pelo monge beneditino, depois arcebispo de Milão, cardeal e hoje beatificado, Ildefonso Schuster (1880-1954), que o estudo de Francesco Mores se estrutura. Gregório VII (1073-1085) aparece a Schuster nas suas lições de história eclesiástica no Colégio de Santo Anselmo, em Roma (1913), e transpira na sua acção de mestre de noviços e abade antes de vir a ser elevado a cardeal em 1929 (p. 282), como o modelo pontifício e de reforma eclesiástica (p. 283-285) capaz de permitir reflexões exemplares para, no mundo contemporâneo, cimentar o poder do Papa. A sua afirmativa do Papa medieval, também ele um seguidor da Regra de São Bento (480-547), parte de uma atitude historiográfica evidente: a subordinação da história à teologia; a existência de um princípio filosófico de causalidade que ordena a realidade (p. 282). Com esta pressuposição interpretativa Schuster atinge o pensamento de intelectuais e políticos conservadores (p. 289-291) conseguindo envolver muitas das suas actuações na órbita do pensamento de Gregório VII (p. 285; 291-296) e na dos tempos da pré-reforma tridentina (p. 288-289). O poder do Papa, e para o Papa, e as realidades do Estado laico confrontam-se em Schuster tornando a acção de reforma da Igreja empreendida nos anos de Gregório VII num mote para o próprio Papa Pio XII (1939-1958) que a utiliza a partir da construção intelectual, que conhece bem, pensada pelo Arcebispo de Milão (p. 296-300). A preocupação foi o reequacionar da Igreja, quer na travessia da Segunda Guerra Mundial, quer na reconstrução que se lhe seguiu.

Nas duas primeiras décadas do século XX (1917-1918, 1920-1924) cresce em Roma um grupo de reflexão sobre o Evangelho, o cristianismo antigo e a patrística (p. 305-307), impulsionado pelo professor e pensador Ernesto Buonaiuti (1881-1946) de que fazem parte jovens que procuram comprometer-se socialmente através de uma nova forma de pensar e viver as bases cristãs do catolicismo. Reuniões, perseguições, amizades, rupturas e diferentes leituras dentro da *Koinonia* (“comunhão”) são os temas que preocupam Barbara Faes e que ela tenta aprofundar através da experiência pessoal de Anna De Micco (1899-1986). Nesse sentido, depois de enquadrar a mulheres no movimento (p. 308-310), a investigadora traça

um cuidadoso percurso biográfico de Anna (p. 310-312), quer nas suas dimensões sociais e de formação, quer enquanto educadora profissional de convicções pedagógicas e sociais firmes e inovadoras (p. 316, 319-320, 323), ou na sua aceitação da família como uma comunidade humana (p. 324-325), sem nunca abdicar da sua atitude de activista e colaboradora próxima de Buonaiuti. O que Barbara Faes vai desvendando é como por detrás de toda esta militância evangélica e ecuménica Anna De Micco desenvolve uma espiritualidade, sem divisões de pensamento e de formas de orar e de interiorizar o divino, mas em procura do ecuménico (p. 342-348). O artigo termina com uma apresentação sintética dos principais corpos e conteúdos do arquivo pessoal de Anna Di Micco (p. 351-353).

Como conclusão, o que podem os investigadores das realidades da Corte moderna em Portugal retirar deste volume XXVII do *Archivio italiano per la storia della pietà* na sua pluralidade de conteúdos, tempos e perspectivas? As sínteses com problematização e pistas de trabalho futuro apresentadas no caderno relativo a Portugal. Depois, alguma chamada de atenção para estudos que, não versando sobre Portugal, nesta área de matriz católica por vezes mais evidente que noutras, trazem aportações metodológicas inovadoras e podem permitir relançar questões de estudo que são mais transnacionais do que podem parecer.

Por todas estas contribuições, com possibilidades de desenvolvimento em investigações futuras, é de valorizar de forma muito positiva esta iniciativa monográfica do CITCEM/ SOCIABILIDADES, PRÁTICAS E FORMAS DE SENTIMENTO RELIGIOSO ao permitir uma divulgação internacional de alta qualidade de estudos produzidos na esfera de estudo da história religiosa e da espiritualidade em Portugal.

António Camões Gouveia

(CHAM-FCSH/NOVA-UAc; CEHR-UCP)